



1983-3717
ISSN

POLÍTICAS CULTURAIS *em Revista*

#1

v. 16, n. 1 jan./jun. 2023

1983-3717
ISSN



**POLÍTICAS
CULTURAIS**
em Revista

Pol. cul. Rev.,	Salvador	v. 16	n. 1	p. 1-309	jan./jun.	2023
------------------------	----------	-------	------	----------	-----------	------

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: *Paulo César Miguez de Oliveira*

Vice-Reitor: *Penildon Silva Filho*

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos

Direção: *Luis Augusto Vasconcelos*

Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Coordenação: *Felipe Milanez*

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

Coordenação: *Sophia Cardoso Rocha*

Vice-Coordenadora: *Lourivânia Soares Santos*

Editores-chefes

Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará

Leonardo Costa, Universidade Federal da Bahia

Renata Rocha, Universidade Federal da Bahia

Editores do dossiê Cultura alimentar e política cultural

Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará

José Roberto Severino, Universidade Federal da Bahia

Conselho Editorial

1. *Alain Herscovici*, Universidade Federal do Espírito Santo
2. *Ana Carolina Escosteguy*, PUCRS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
3. *Ana Rosas Mantecón*, Universidade Autónoma Metropolitana do México
4. *Armand Mattelart*, Universidade Paris VIII
5. *Carlos Lopes*, United Nations Institute for Training and Research
6. *Carlos Yáñez Canal*, Universidad Nacional de Colombia
7. *César Bolaño*, Universidade Federal de Sergipe
8. *Daniel Mato*, Universidad Central de Venezuela
9. *Durval Albuquerque*, Universidade Federal do Rio Grande de Norte
10. *Emir Sader*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
11. *Fabio de Castro*, Universidade Federal do Pará
12. *George Yúdice*, University of Miami
13. *Guilherme Sunkel*, Victoria University, Austrália
14. *Guillermo MariacaIturri*, Universidad Mayor de San Andrés
15. *Gustavo Lins Ribeiro*, Universidade de Brasília
16. *José Machado Pais*, Universidade de Lisboa
17. *Lúcia Lippi*, Fundação Getúlio Vargas
18. *Manuel Garretón*, Universidad de Chile
19. *Marcelo Ridenti*, Universidade Estadual de Campinas

20. *Maria de Lourdes Lima Santos*, Universidade de Lisboa
21. *Muniz Sodré*, Universidade Federal do Rio de Janeiro
22. *Octavio Getino*, Instituto Universitário Nacional de Artes da Argentina
23. *Renato Ortiz*, Universidade Estadual de Campinas
24. *Rubens Bayardo*, Universidade San Martín – Universidad de Buenos Aires
25. *Xan Bouzadas*, in memoriam

Conselho de Redação

1. *Alexandre Barbalho*, Universidade Estadual do Ceará
2. *Antonio Albino Canelas Rubim*, Universidade Federal da Bahia
3. *Anita Simis*, Universidade Estadual Paulista
4. *Cláudia Leitão*, Universidade Estadual do Ceará
5. *Cristina Lins*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
6. *Humberto Cunha*, Universidade de Fortaleza
7. *Isaura Botelho*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
8. *José Márcio Barros*, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade do Estado de Minas Gerais
9. *Leonardo Costa*, Universidade Federal da Bahia
10. *Lia Calabre*, Fundação Casa de Rui Barbosa
11. *Maria Helena Cunha*, DUO Informação e Cultura
12. *Paulo Miguez*, Universidade Federal da Bahia



Normalização e Revisão: *Discovery*

Diagramação: *Zeta Studio*

Edufba
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

DOSSIÊ – CULTURA ALIMENTAR E POLÍTICA CULTURAL VOL. I 7

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ VOL. I 8

Alexandre Barbalho; José Roberto Severino

DIPLOMACIA CULTURAL E O COSMOPOLITISMO CULINÁRIO 14

Monique Badaró

CULTURA ALIMENTAR COMO OBJETO DE POLÍTICA CULTURAL O CASO BRASILEIRO 35

Alexandre Barbalho

INDICADORES DE REVERBERAÇÃO SOCIAL PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE UM EQUIPAMENTO DE CULTURA ALIMENTAR 56

José Carlos Lázaro da Silva Filho, Selma Maria Santiago Lima, Vanessa Moreira dos Santos

FAZEDORES DE CULTURA, COMEDORES DE PATRIMÔNIO UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO REGISTRO DE BENS CULTURAIS LIGADOS À PRÁTICAS AGROALIMENTARES 83

Gabriella Cristina Pieroni

CULTURA ALIMENTAR COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL O REGISTRO DO OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ 107

Lina Luz Cavalcante, Rodrigo Vieira Costa

DA PAISAGEM À PANELAPATRIMÔNIOS ALIMENTARES E INTERFACES TURÍSTICAS NO BRASIL 140

Luciana de Castro Neves Costa

ARTIGOS 162

**INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM POLÍTICAS CULTURAIS
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS GESTÕES DO PMDB E DO PT
EM ARARAQUARA/SP 163**

Lucas Barbosa de Santana, Rafael Orsi

**GESTÃO CULTURAL DE PEQUENAS CIDADES
ECONOMIA E CIDADANIA EM DISPUTA NO PROGRAMA MURITIBA
CRIATIVA 188**

Vinícius Santos da Silva Zacarias

**POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMÔNIO
UMA ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA
DE ITABIRITO – MG 211**

Fábio Cabral Durso, Leonardo Civale

**MÚSICA LOCAL NA CIDADE DO SOL
CONTROVÉRSIAS E POTENCIALIDADES DA CULTURA LOCAL NA
CIDADE DE CABO FRIO 234**

Flávia Magalhães Barroso

**OS APORTES TEÓRICOS DE PIERRE BOURDIEU PARA COMPREENSÃO
DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LEI ALDIR BLANC 256**

Bianca Kaizer de Oliveira, Bianca Michels Chaves, Eloise Helena Livramento Dellagnelo

**POLÍTICA DE ESTÍMULO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS REGIONAIS
DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL
OBSERVAÇÕES SOBRE OS ANOS INICIAIS 275**

Marta Correa Machado

CRÍTICAS E RESENHAS 302

CAIO GRACO PRADO, EDIÇÃO E OS CAMINHOS DA CULTURA 303

Felipe Quintino



Dossier

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ VOL. 1

Alexandre Barbalho

José Roberto Severino

Ampliação do conceito de “cultura”, a ser operado pelas políticas públicas para o setor, ganhou suporte discursivo com respaldo internacional a partir dos desdobramentos das discussões sobre a autenticidade apresentada na carta de Nara, em 1995, quando as pautas da diversidade cultural e da diversidade do patrimônio resultariam no estabelecimento, em 2005, pela UNESCO, da Convenção sobre a Proteção da Diversidade e das Expressões Culturais, ratificada pelo Brasil em 2007. Na realidade brasileira, essa perspectiva ampliada já vinha informando a agenda política pelo menos desde o anteprojeto de Mário de Andrade de 1936 visando a criação no ano seguinte do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A proposta do escritor modernista foi elaborada a partir de sua atuação como gestor do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, entre 1935 e 1938. Como afirma

Dalton Sala, o anteprojeto “era de âmbito bastante extenso, tendendo a preservar a totalidade de nossos bens culturais”. (SALA, 1990, p. 22)

Contudo, mesmo que tais princípios já estivessem presentes na constituição brasileira nos artigos 215 e 216, foi a partir da gestão do músico e compositor baiano Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (MinC) que tal orientação se tornou a força mestra da política cultural em âmbito federal, tendo funcionado como paradigma também para as políticas públicas em âmbitos estadual e municipal.

Um indicativo da institucionalização dessa agenda foi a ampliação para dezoito colegiados setoriais abrigados sob o guarda-chuva do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), para além das linguagens artísticas consagradas (artes visuais, música, audiovisual, artes cênicas etc). Dessa forma, “os representantes das áreas “clássicas” das políticas culturais dividem espaços e recursos com áreas emergentes” (MUNIZ JÚNIOR; BARBALHO, 2020, p. 2), entre as quais a cultura alimentar.

No caso específico da cultura alimentar, como informam Juliana Dias e André Luzzi (2020), a sua entrada no rol de atuação do MinC se deu em 2012,

durante a II Conferência Nacional de Cultura, quando foi aprovada uma moção para incluir o Setorial de Cultura Alimentar no Sistema Nacional de Cultura (SNC). Em 2014, o MinC incluiu a Cultura Alimentar entre as 26 linguagens artísticas e segmentos culturais que podem receber recursos do Fundo Nacional de Cultura.

Entendendo que o alimento faz parte dos sistemas culturais e é, potencialmente, foco das políticas públicas de cultura, o presente dossiê englobou temas transversais da vida urbana/rural contemporânea que estabelecem laços conceituais e de investigação empírica entre os mais diversos olhares sobre a produção de sociabilidades e subjetividades relacionadas ao alimento e suas interfaces com as políticas culturais. A título de exemplo, podemos citar os processos de ascensão de um patrimônio cultural atualizado tanto em dispositivos da memória, ativadores do pertencimento como por possibilidades recriadoras de processos culturais em comunidades brasileiras, marcadas por novas configurações identitárias sobre o alimento.

Nesse sentido, a ideia foi a de reunir reflexões sobre a produção das representações das diferenças

relacionadas aos processos de ressignificação do alimento e seus usos com base em pesquisas sobre esses eventos, dos processos de produção e das políticas culturais para a identidade e para o alimento em suas configurações identitárias.

Diante do grande fluxo de artigos para o dossiê, todos eles de excelente qualidade, resolvemos dividi-lo em dois volumes (2023.1 e 2023.2). No presente Volume, o primeiro artigo do dossiê, “Diplomacia cultural e o cosmopolitismo culinário”, lança luz sobre o crescente interesse por cozinhas de todo o mundo e as políticas culturais de gastrodiplomacia, tratando o tema da comida sob o ângulo das relações internacionais. O segundo artigo, “Cultura alimentar como objeto de política cultural: o caso brasileiro”, analisa uma expressão do movimento conjugado de politização e de ampliação do campo político-cultural que se deu nos governos petistas em âmbito federal, ou seja, da introdução da cultura alimentar no âmbito de atuação do Ministério da Cultura. O artigo seguinte, “Indicadores de reverberação social para a política pública de um equipamento de cultura alimentar” aborda as políticas culturais para formação no campo da cultura alimentar, tendo como estudo de caso os

cursos profissionalizantes da Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, equipamento da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

O quarto artigo, “Fazedores de Cultura, Comedores de Patrimônio: um olhar sobre a participação social no registro de bens culturais ligados à práticas agroalimentares” reflete sobre a relação entre o estado e a sociedade civil na aplicação do instrumento legal do registro do Patrimônio Imaterial, especificamente para práticas culturais diretamente ligadas à alimentação, sejam elas agrícolas e/ou culinárias. Já o quinto artigo “Cultura alimentar como patrimônio cultural imaterial: o Registro do Ofício das Baianas de Acarajé” versa sobre o reconhecimento da cultura alimentar enquanto patrimônio cultural imaterial por meio de estudo de caso sobre o Registro do Ofício das Baianas de Acarajé, buscando refletir sobre os sentidos atribuídos pelas detentoras desse saber à patrimonialização, a importância desse bem cultural para suas identidades e a transformação das práticas alimentares envolvendo o bem em decorrência das disputas e mudanças no seu fazer. Por fim, o artigo “Da paisagem à panela: patrimônios alimentares e interfaces turísticas no Brasil”, analisa as políticas

de patrimonialização de referentes culturais alimentares conduzidas pelo IPHAN e sua mobilização no turismo, detendo-se no estudo das tradições docesiras de Pelotas e Antiga Pelotas (Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão, e Arroio do Padre).

Uma ótima leitura!

REFERÊNCIAS

DIAS, J.; LUZZI, A. Cultura alimentar nas políticas culturais do Brasil. *Le monde diplomatique-Brasil*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/cultura-alimentar-nas-politicas-culturais-do-brasil/>. Acesso em: 25 ago.2022

MUNIZ JÚNIOR, J. de S.; BARBALHO, A. Entre a diversidade e o antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, p. 1-18, 2020.

SALA, D. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 31, p. 19-26, 1990.